



ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDRS 2015

Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), realizada aos nove dias do mês de setembro de dois mil e quinze, no Hotel Sol Bahia, localizado na Rua Manoel Antônio Galvão, nº 1.075, em Patamares, Salvador-BA. Com início às nove horas da manhã, o Presidente do CEDRS e Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, (SDR), o Exmo. Sr. Jerônimo Rodrigues abriu os trabalhos saudando os presentes. Em seguida fez a leitura da ata da 2ª reunião do CEDRS, realizada dia nove de julho de dois mil e quinze, que foi aprovada pela maioria. Na sequência fez a apresentação da pauta: 1. Apresentação do balanço do Plano Safra 2015/2016, para o Estado da Bahia; 2. Balanço do Programa Bahia Produtiva; 3. Instalação da Comissão Organizadora da 2ª Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural; 4. Análise das solicitações de credenciamento/renovação de entidades/instituições prestadoras de serviços de ATER; 5. Homologação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS); 6. Análise e aprovação das propostas do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); 7. Contextualização da Política Estadual de Educação do Campo; 8. O que ocorrer. Após as considerações do Sr. Vasco Aguzzoli, do Movimento Social Povo Brasileiro (MSPB), que propôs incluir na pauta, a apresentação da proposta de reestruturação do CEDRS, feita pelo grupo de trabalho, a mesma foi aprovada pelo plenário. O Secretário prosseguiu a reunião, explicando que está previsto a apresentação das atividades desenvolvidas pelos dos grupos de trabalho e câmaras técnicas do CEDRS e que a proposta de reestruturação está na pauta. Dando continuidade a reunião, o Secretário passou a palavra para o Sr. Wilson Dias, diretor da SDR/CAR, para falar sobre o balanço do Projeto Bahia Produtiva. O Sr. Wilson Dias fez uma apresentação geral do projeto, ressaltando o volume de recursos disponibilizados nos editais de apicultura e meliponicultura, no valor de vinte milhões, de bovinocultura de leite, no valor de vinte milhões e socioambiental, no valor de quarenta milhões. Também explicou o processo de lançamento e divulgação dos editais e apresentou o balanço das manifestações de interesse recebidas por território. Ao final, foi feita uma rodada de esclarecimentos e o Sr. Wilson Dias fez o convite da videoconferência sobre o Projeto Bahia Produtiva, a ser realizada dia quatorze de setembro de dois mil e quinze. Finalizada a apresentação sobre o Projeto Bahia Produtiva, o Presidente do CEDRS convidou os representantes dos Bancos do Brasil (BB) e do Nordeste (BNB), para apresentarem o balanço da aplicação dos recursos do Plano Safra 2015/2016 no Estado. A Sra. Yêda Maria Brito, gerente de negócios do BNB apresentou os números de aplicações do PRONAF, ressaltando a questão do endividamento como principal entrave para acesso ao crédito e a necessidade de assistência técnica contínua e mais eficiente para auxiliar a agricultura familiar. Também solicitou apoio das organizações e movimentos para a execução das ações nos territórios e finalizou sua apresentação, explicando as dificuldades enfrentadas pelo BNB, de trabalhar suas ações de maneira territorializada. Esgotada a apresentação do BNB, o Secretário sugeriu que o balanço da aplicação do Plano Safra 2015/2016 fosse disponibilizado no site da SDR, para acompanhamento constante da aplicação dos recursos por território. Em seguida, chamou o Sr. Ivan Fontes, Chefe de Gabinete da SDR para presidir a reunião e explicou aos presentes, a necessidade de se ausentar, juntamente com o Sr. Wilson Dias, para uma agenda com o Governador. Dando continuidade à reunião, o Sr. Ivan Fontes, da SDR convidou o representante do BB, Sr. Roberto Marins, para dar continuidade à pauta do Plano Safra 2015/2016. Ao final da apresentação, houve questionamentos a cerca dos valores aplicados e da forma de apresentação dos números do PRONAF. Para o Sr. Welliton Rezende, da Delegacia Federal do MDA, no Estado da Bahia (DFDA-BA), os valores aplicados estão sempre aquém do disponibilizado e que os órgãos responsáveis pela execução do Plano Safra têm problemas operacionais que precisam ser revistos. O mesmo ressaltou a necessidade de aumentar o número de contratos de custeio, como forma de reduzir o acesso às políticas assistenciais, como o Garantia Safra, por exemplo. Para o Sr. Libanilson Braga, do Movimento de Luta pela Terra (MLT), o problema continua no acesso ao crédito, por meio da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) e a necessidade de avalista, como os principais gargalos para acessar o crédito. Também questionou a nomenclatura usada pelos bancos, para estratificar a agricultura familiar. O Sr. Sérgio Murilo, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira



(CEPLAC), recomendou que a apresentação feita pelos bancos do Brasil e do Nordeste tivesse um recorte por território e por linha de financiamento. Explicou que essa demanda é antiga e precisa ser ajustada. O Sr. Rosival Leite, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) mostrou preocupação com os números de contratos e valores aplicados neste Plano Safra e propôs uma agenda de reuniões para o acompanhamento desses números. A Sra. Márcia Pedreira, da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), sugeriu que as apresentações feitas pelos bancos mostrassem os percentuais aplicados por território e suas metas. A Sra. Miryam Belo, da Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) sugeriu que fosse colocado nas apresentações, os conceitos de mini-produtor, pequeno produtor e agricultor familiar. Também reforçou a solicitação do Sr. Sérgio Murilo, de apresentar o volume de contratos e valores aplicados por linhas de financiamento e por território. O Sr. Ivan Fontes, da SDR, explicou que existem problemas pontuais na aplicação dos recursos, reforçou a necessidade de uniformizar as apresentações dos bancos e propôs que fosse criado do grupo de trabalho do crédito rural, para acompanhar de maneira contínua, a aplicação do Plano Safra 2015/2016. Para o representante do BB, Sr. Roberto Marins, muitos problemas precisam ser resolvidos, a exemplo da DAP, e dos problemas que envolvem a sua emissão. Também destacou a baixa qualidade dos projetos e a questão do endividamento como principais entraves. Seguindo a pauta, o Sr. Jazon Ferreira, diretor da Bahiater, falou sobre a 2ª Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, explicando como está sendo pensado o evento, qual o público, seu objetivo, a importância da instalação da Comissão Organizadora Estadual (COE) e do envolvimento do CEDRS na realização da Conferência e de todas as etapas que antecedem a Estadual. Apresentou a proposta de regimento interno da conferência e franqueou a palavra para perguntas e sugestões. Em seguida, foi instalada, oficialmente, a Comissão Organizadora Estadual (COE) com a participação de algumas representações presentes. À Secretaria Executiva do CEDRS se comprometeu em publicar a resolução instalando a 2ª Conferência Estadual de ATER. Na sequência, foi apresentada a MOÇÃO direcionada para a Câmara de Assistência Técnica e Extensão Rural (CATER), a qual relatava a falta de *quórum* nas reuniões e os prejuízos decorrentes dessa situação. A MOÇÃO foi assinada por alguns Consórcios Públicos, entidades de ATER e Prefeituras. A coordenação da CATER explicou os motivos pela falta de *quórum* nas reuniões, que incluem a falta de custeio para as atividades e a baixa participação dos representantes. Também, explicou que todas as entidades que tinham solicitado credenciamento tiveram seus pedidos analisados. Esgotado esse assunto, o Sr. Thomaz Araripe, Coordenador da CATER foi convocado para falar sobre as instituições que solicitaram primeiro credenciamento e/ou renovação do credenciamento em ATER. Houve uma polêmica em relação ao credenciamento dos Consórcios Públicos, que após esclarecimentos foram aprovados pela maioria. Na sequência, foi apresentada a relação das entidades/instituições que solicitaram renovação do credenciamento, sendo aprovadas também pela maioria, todas as entidades que tiveram parecer favorável da CATER. O Sr. Ivan Fontes, dando continuidade à pauta convocou os grupos de trabalho e câmaras técnicas do CEDRS, para fazerem um balanço de suas ações. Inicialmente, a Sra. Michelle Rios, da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e participante da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (CTEAAF) apresentou o balanço das atividades desenvolvidas e explicou o processo de unificação com a Câmara Técnica de Agroecologia, proposta do CEDRS. A mesma ressaltou a necessidade de uma coordenação compartilhada em função da grande demanda proveniente dessa fusão. Complementando a fala da representante da CTEAAF, o Sr. Vasco Aguzzoli, destacou que a SEMA tem um importante papel e acúmulo na Educação Ambiental, mas potencializaria este trabalho, ancorando a educação ambiental na luta pela transição agroecológica, ampliando assim, a adesão dos agricultores ao conjunto da temática ambiental. Para ele, a SEMA precisa discutir qual é o seu papel em relação ao tema, pois, o envolvimento maior da Secretaria é fundamental. Na sequência, o Sr. Guilherme Rodrigues, da SDR/CAR apresentou as ações desenvolvidas pelo grupo de trabalho de habitação e o balanço do Programa Nacional de Habitação no Estado. O Sr. Rosival Leite, da FETRAF, complementou que o Gabinete da SDR tem um importante papel na articulação da política de habitação e sugeriu que o grupo de trabalho estabeleça diálogo com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e consiga levar a discussão da habitação rural para dentro do Conselho Estadual das Cidades da Bahia (CONCIDADES). Para o Srs. Sérgio Murilo, da CEPLAC e Urbano Carvalho, da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia (UNICAFES) é necessário rever a política de habitação rural no Estado e promover um debate mais aprofundado sobre a realidade do Programa. Dando continuidade às apresentações dos grupos, a Sra. Ana Cláudia, da Secretaria



CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CEDRS

Executiva do CEDRS apresentou a proposta de decreto de reformulação do Conselho, discutida no grupo de trabalho. A mesma reiterou que se trata de uma proposta inicial e que precisa ser amplamente discutida por todos os Conselheiros. Após a apresentação da Sra. Ana Cláudia, o Sr. Sérgio Murilo, da CEPLAC, destacou a importância de compartilhar o documento para todos os Conselheiros. Para o Sr. Ubiramar Bispo, da Coordenação Estadual dos Territórios (CET) é necessário que para que o grupo de reformulação do CEDRS se comunique com o grupo de trabalho que está reformulando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). O Sr. Ubiramar apresentou alguns aspectos importantes que estão sendo discutidos na reformulação do CONDRAF, destacando a importância da dedicação exclusiva do Secretário Executivo e a não obrigatoriedade da presidência do Conselho ser conduzida pelo titular da pasta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A Sra. Miryam Belo, da SJDHDS sugeriu que a minuta de reformulação fosse aprofundada pelo grupo de trabalho, antes de ser distribuída entre os Conselheiros. O Sr. Joaquim Nogueira, da Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA) sentiu falta da representação das Escolas Família Agrícola na proposta. O Sr. Paulo Roberto, do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Área Agrícola do Estado da Bahia (SINTAGRI) parabenizou o grupo e propôs que as instituições que se mantêm ativas no CEDRS permaneçam. O Sr. Joeleno Monteiro, da FETRAF, é preciso fazer um debate conceitual sobre o CEDRS, seus princípios, setores de atuação e se vai estar aberto para todas as solicitações de inclusão. Para o Sr. Urbano Carvalho, da UNICAFES, o CEDRS precisa de novas representações. O Sr. Ezequiel França, da Via do Trabalho, ressaltou que a seleção das entidades/instituições que farão parte do CEDRS precisam se relacionar diretamente com a temática discutida pelo Conselho. Finalizadas as apresentações dos grupos de trabalho e câmaras técnicas, o Sr. Ivan Fontes, da SDR convidou o Sr. José Carlos Santana, da SDR/CAR para falar sobre o processo de homologação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDs). O mesmo apresentou a relação dos 37 CMDs analisados e com pareceres favoráveis, os quais foram submetidos à votação e aprovados pela maioria dos presentes. Após o intervalo para o almoço, a reunião na parte da tarde foi conduzida pelo Sr. Wilson Dias, da SDR/CAR, que franqueou a palavra para o Sr. Almir Batista, da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (DFDA-BA) para apresentar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). O Sr. Almir abordou o objetivo do programa, o volume de recursos aplicados e o trabalho de fiscalização do uso das máquinas, feito pela DFDA-BA. Encerrada a apresentação houve uma série de observações sobre o Programa, inclusive sobre a utilização indevida das máquinas e equipamentos por parte de alguns municípios. Esgotada as intervenções, o Sr. Wilson Dias, da SDR/CAR sugeriu que a relação das máquinas do PAC2 fosse disponibilizada no site da SDR, na página do CEDRS, para que os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável tivessem acesso à informação. Também destacou a importância da atuação dos CMDs no acompanhamento do plano de atividade do uso das máquinas e na identificação das demandas da agricultura familiar. Para o Sr. Welliton Rezende, da DFDA-BA, a delegacia vem fazendo o monitoramento do Programa e todas as denúncias oficializadas são averiguadas. O mesmo ressaltou a necessidade do controle social por parte dos CMDs e Colegiados Territoriais. O Sr. Urbano Carvalho, da UNICAFES, sugeriu ao MDA, a elaboração de um documento informando o objetivo do PAC2, o uso das máquinas e o público beneficiário, pois, segundo ele, esse documento iria orientar os municípios e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável no uso adequado das máquinas. Dando continuidade à reunião, o Sr. Wilson Dias esclareceu que o último ponto da pauta, referente à Política Estadual de Educação do Campo não seria abordado em função do esvaziamento do plenário e chamou a Sra. Isabel Cristina, da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) para apresentar às propostas do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e falar sobre os encaminhamentos da Câmara Técnica do Crédito Fundiário. A Sra. Isabel Cristina iniciou sua apresentação, abordando o novo regimento interno da Câmara Técnica e a nova composição instituída, em seguida fez uma breve contextualização das propostas de crédito fundiário, relatando todo o histórico das propostas: **1. Proposta 2014 - BA - A0569 - Fazenda Italbrás e outras, localizada no município de Quijingue; 2. Proposta 2010-BA-P0687-Fazenda Santa Helena, localizada no município de Tucano; 3. Proposta 2011-BA-P0047- Fazenda Monte das Oliveiras, localizada no município de Lajedo do Tabocal; 4. Proposta 2013-BA-C0519-Fazenda Caldeirãozinho, localizado no município de Piritiba; 5. Proposta 2011-BA-P0097-Fazenda Lavadeira, localizada no município de Santa Maria da Vitória; 6. Proposta 2012-BA-P0339-Fazenda Lavadeira, localizada no município de Santa Maria da Vitória; 7. Proposta 2012-BA-P0340-Fazenda Lavadeira, localizada no município de Santa Maria da Vitória; 8. Proposta**



CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CEDRS

2012-BA-P0396-Fazenda Santo Antônio, localizado no município de Quijingue; 9. Proposta 2010-BA-P0727-Fazenda Umbuzeiro, localizada no município de Euclides da Cunha; 10. Proposta 2014-BA-A0570-Fazenda Santa Rita, localizada no município de Sobradinho e; 11. Proposta 2011-BA-P0238-Fazenda Jardineira I, localizada no município de Sobradinho. Apresentadas as propostas pela CDA, o Sr. Wilson Dias explicou que em função da falta de *quórum*, as propostas serão analisadas e as que foram aprovadas serão *ad referendum* do CEDRS. Houve questionamentos da DFDA e da SJDHDS, a cerca das propostas 01 (2014 - BA - A0569 - Fazenda Italbrás e outras, localizada no município de Quijingue) e 03 (2011-BA-P0047- Fazenda Monte das Oliveiras, localizada no município de Lajedo do Tabocal). Para a Sra. Isabel Cristina, as propostas 01 e 03 tinham sido analisadas pelo CEDRS e estavam retornando para revalidação, devido aos ajustes sofridos. Após as explicações da representante da CDA, Sra. Isabel Cristina, todas as onze propostas apresentadas foram *ad referendum do Conselho*. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Wilson Dias deu por encerrada a reunião e eu, Ana Cláudia Gomes Novo, lavro esta ata.